

A detailed architectural line drawing of the main facade of the University of Paraná. The drawing shows a grand neoclassical structure with a prominent portico supported by tall, fluted columns. The pediment above the columns is inscribed with the text 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the portico, there are several windows with arched tops and decorative moldings. The drawing is executed in a fine-line, etched style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉA GONÇALVES TAVARES

A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PARANAGUÁ

2018

ANDRÉA GONÇALVES TAVARES

A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Gestão e Processos da Educação, Diversidade e inclusão, em Universidade Federal do Paraná - Litoral.

Orientadora: Prof^a. Édina Mayer Vergara

A CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréa Gonçalves Tavares

RESUMO

Este artigo apresentou um estudo de caso que também intitula este estudo sobre Percepção de Detecção dos Transtornos Invasivos, Transtornos Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Pesquisa bibliográfica, qualitativa e documental, na qual foi aplicado um questionário para os professores, com o objetivo geral de saber como acontece o processo de inclusão de criança com Transtornos Invasivos (TI) na Educação Infantil e como essas crianças vêm sendo assistida de acordo com as políticas. Transtornos Invasivos também são denominados como Transtornos Globais do Desenvolvimento (Autismo Infantil). A educação Infantil é a primeira etapa da educação básica devendo atender crianças de 0 a 3 anos de idade em creches e de 4 a 5 anos em pré-escolas, sendo obrigatório a partir dos 4 anos. Tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. No Plano Nacional de Educação na meta 1 a palavra universalizar compreende que a palavra está associada a igualdade de direitos, dessa forma entende-se que a Educação Infantil será ofertado universalmente à todas as crianças na rede regular de ensino. As crianças precisam ser estimuladas em todos os campos de experiências, para que não ocorram prejuízos em seu desenvolvimento. Entre os resultados observou-se que as crianças com TEA normalmente não tem laudo, familiares não informam por não conhecerem ou porque desejam esconder a deficiência com medo que a instituição rejeite a criança.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil, Autismo, Transtorno invasivo.

INTRODUÇÃO

São consideradas crianças com Transtornos Invasivos TI aquelas que apresentam desde pequena alteração que se manifesta nas áreas do desenvolvimento do comportamento, da relação com o outro e da comunicação. Isso acontece quando a criança tem atraso em seu estágio de desenvolvimento.

De acordo com levantamentos realizados no município pela Secretaria de Educação percebe-se que nos últimos cinco anos os Centros Municipais de Educação Infantil de Paranaguá, PR vem recebendo um aumento de matrículas de crianças com algum tipo de Transtorno Invasivo.

Na educação Infantil é possível perceber as mudanças de comportamento na criança que muitas vezes a família não quer enxergar, talvez por preconceito ou medo de encarar a realidade e isso faz com que a criança fique limitada em seu desenvolvimento. Os Centros Municipais de Educação Infantil possuem um atendimento em conjunto com assistência de apoio: Centro Municipal de Avaliação Especializado CMAE, que procuram auxiliar a família no processo do desenvolvimento da criança. Assim as mesmas não são prejudicadas no que se refere ao entendimento da formação cognitiva, intelectual e motora.

A sociedade deve abraçar e respeitar o espaço e o tempo das crianças com transtornos, pois essas fazem parte de um processo de construção social. Compreender uma série de aprendizagens para que as crianças prossigam sua formação sem terem prejuízos em seus direitos. Muitos professores encontram dificuldades em detectar o problema ou o tipo de transtorno, quando a criança chega ao CMEI sem laudo médico. Os mesmos não possuem formação adequada, isso faz com que as aulas fiquem maçantes desestimulando a criança e o professor. Com isso a criança fica prejudicada em sua formação. Educação Infantil é importante para a prevenção de déficits no desenvolvimento daquelas que estão inseridas em famílias que não aceitam ou que não querem enxergar a criança como um ser com suas particularidades, assim as mesmas não têm suas capacidades e habilidades estimuladas no ambiente familiar. Nestes casos, o CMEI pode

complementar essa formação, na medida em que tem a responsabilidade de promover o desenvolvimento integral da criança.

O tema da pesquisa foi escolhido, devido à observação de que nos últimos cinco anos vêm aumentando o número de crianças matriculadas com algum tipo de transtornos invasivos, que chega sem laudo na educação infantil. Essas pesquisas foram apontadas por mim. Também no curso de Multiplicação de Gestão em Processos da Educação, diversidade e inclusão, onde aconteceu no Polo Morozowisk no ano de dois mil e dezoito (2018), muitos dos cursistas comentaram sobre essa inclusão, da dificuldade que o professor encontra para atender essas crianças nos CMEIs, e ainda foi questionado como acontece o processo de desenvolvimento, como essas crianças vêm sendo assistidas de acordo com as políticas, e qual a relação da família diante dessa situação. Por isso é muito importante à criança passar pela educação infantil, pois é nessa etapa que é possível perceber algum tipo de alteração no comportamento, na relação com o outro e na linguagem, minimizando, assim, seus efeitos negativos.

A educação infantil é direito da criança, mas nem sempre ocorre de acordo com a Constituição Federal de 1988, as crianças devem ser atendidas em instituições na localidade onde residem. Assim não deve ser aceita de forma compensatória a necessidades sociais, pois ela é a primeira etapa da educação básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e também aparece no Currículo Nacional da Educação Infantil de 1998, que proporciona grande avanço no sentido de esclarecer que “todas as crianças, do nascimento aos seis anos (art.58), inclusive as com necessidades educacionais especiais, promovendo seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Esse papel social deve ser desempenhado pela escola e assumido integralmente pelos órgãos competentes pelas ações nos Municípios para garantir o acesso, a permanência e a qualidade da educação oferecida a todas as crianças na educação infantil. (BRASÍLIA, 2006, p.7)

O desafio da educação infantil está na inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais de acordo com os níveis que estas apresentam. Isso gera um angustia muito grande aos educadores e professores na ânsia de promover ações e

práticas que envolvam e garantam educação de qualidade. Assim muitos municípios já deram início ao atendimento especializado promovendo e ofertando preparo aos professores no atendimento as crianças portadoras de algum tipo de necessidade especial.

OBJETIVO GERAL

Caracterizar e problematizar a inclusão da criança com TEA , na Educação Infantil e como poderemos contribuir para sua implementação para acontecer essa inclusão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Conhecer o que é autismo e seus principais sinais que podem influenciar na aprendizagem;
- 2- Conhecer as possíveis formas de intervenções pedagógicas para a aprendizagem dos alunos autistas;
- 3- Analisar, teoricamente, como a escola, o professor e a família têm contribuído na aprendizagem do aluno com autismo.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada nesse trabalho teve como base a pesquisa de campo realizada em um Centro de Educação Infantil. Para obtenção de resultados foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, qualitativa e documental. A mesma teve caráter descritivo e exploratório, que leva a pensar de forma espontânea sobre o assunto em questão sem a presença do pesquisador. O instrumento utilizado neste campo foi o questionário, preparado com perguntas claras e objetivas. O mesmo foi utilizado como apoio para explicar os porquês da pesquisa. A pesquisa qualitativa permite que o pesquisador se livre de qualquer preocupação quantitativa, preocupando-se somente em obter informações que lhe trouxessem maior profundidade nos aspectos mais relevantes, como parte explicativa do fenômeno observado.

2- FUNÇÕES DO PROFESSOR INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Declaração Mundial de Educação para Todos tem como principal proposta à educação para todos sem distinção, nem exclusão observando as potencialidades.

(Declaração de Educação para Todos, art. 1º).

A Declaração de Salamanca vem a somar com os mesmos conceitos, entre eles a inclusão de crianças, mesmo as que apresentem alguma necessidade especial. “A meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular” (BRASIL, 1994, pp. 17 e 18).

Assim deve ser papel da escola observar e adequar metodologias para que as práticas sejam capazes de atender a todos, faz-se necessário em alguns casos que ocorram mudanças em planejamentos e até no Projeto Político Pedagógico oferecendo um processo claro e amplo de acordo com o compromisso assumido perante as família das crianças.

O movimento da inclusão considera necessária uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura do funcionamento educativo, e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. Essa mudança de concepção baseia-se na crença de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educativas e beneficiar todas as crianças, independentemente de apresentarem qualquer tipo de deficiência. (BRÁSÍLIA, 2006, p.13)

O Plano decenal de educação para todos (BRASIL, 1993) também traz a orientação para o atendimento especializado quando necessário com parcerias que possam realizar atendimentos complementares durante o processo de escolarização.

O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (BRASIL, 1994, pp. 17-18)

Mesmo com a proposta de integração voltada para inclusão da criança em classes comuns de ensino, durante muito tempo a educação para essas crianças ocorreu de forma

paralela mesmo no ensino comum, somente em 1994 com a Declaração de Salamanca começou a se divulgar de forma ampla e diferenciada a inclusão.

De acordo com esse novo conceito mudanças começam a surgir no local de aprendizagem e o foco deixa de ser a dificuldade apresentada pela criança e passa a ser a adaptação que o ensino proporciona, sempre tendo em mente que a instituição e o professor devem estar em constante processo de mudança e de adaptações para melhorias da aprendizagem.

Torna-se importante pontuar que a educação inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes. Ela é construída na escola por todos, na confluência de várias lógicas e interesses sendo preciso saber articulá-los. Por ser uma construção coletiva, ela requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda a comunidade escolar, e encaminhamentos necessários ao atendimento das necessidades específicas e educacionais de todas as crianças. Ela requer ainda uma ação complementar no contexto social por meio de trabalho conjunto com os serviços de apoio da educação especial, que também são responsáveis pela articulação e interface com os diferentes setores: saúde, ação social, justiça, transporte e outros. (EDUCAÇÃO INFANTIL, 2006)

O sucesso do trabalho desenvolvido pelo professor deve estar pautado na lembrança que as crianças possuem conhecimentos anteriores aos repassados por ela, que já viveriam diferentes situações, observando isso pode dar início ao preparo de rotinas que irão auxiliá-la no processo de organização. Ensinar de forma lúdica para otimizar resultados preparando momentos e locais que venham sempre a propiciar a aprendizagem de todos distribuindo tarefas de acordo com as habilidades para que possa formular hipóteses sobre o trabalho desenvolvido proporcionando a construção da aprendizagem.

Portanto, na educação infantil, o trabalho deve propiciar a ampliação das experiências já construídas pelas crianças, mostrando a diversidade do meio social e natural, a pluralidade de fenômenos, as diversas formas de explicar e representar o mundo e, paralelamente, oferecer o contato com as explicações científicas, possibilitando o conhecimento e a construção de novas formas de pensar os eventos que a cercam. Esse momento é extremamente rico, pois as crianças são curiosas e investigativas, cabendo ao professor estimular atitudes de curiosidade, crítica, refutação e reformulação de explicações para os diferentes fenômenos do meio social e natural (TRISTÃO, 2006, p. 35).

O professor deve proporcionar as brincadeiras, uso de tecnologias sempre observando a forma com que a criança se comporta durante as atividades, isso pode sinalizar

alguma dificuldade ou até necessidade especial, recomenda-se que esse processo de avaliação não sirva apenas para observar avanços, selecionar ou classificar, que venha era muito mais que isso. É preciso lembrar que cada criança apresenta seu tempo de aprendizagem, devem ser observados os conhecimentos prévios que provocam mudanças no resultado do processo avaliativo. Esses resultados podem interferir no desenvolvimento se o professor não possuir sensibilidade e conhecimento anterior das necessidades com que deve direcionar suas práticas para desenvolvimento e aprendizagem de todos, mesmo daqueles que possam ter alguma dificuldade intelectual ou cognitiva.

O professor da educação infantil pode ser considerado importantíssimo nessa fase de descobertas, se proporcionar aprendizagem de forma lúdica, socializando e quebrando barreiras.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

O Autismo, conhecido por Transtornos do Espectro Autista (TEA), é um transtorno que causam inúmeros problemas de desenvolvimento, entre eles linguagem, comunicação, interação e comportamento social. Apesar de não existir cura, e as causas serem ainda desconhecidas, esse transtorno pode ser reabilitado e tratado para que se possa ter uma vida e convívio social melhor.

Evidenciando a inclusão da criança na sala de aula, “as adaptações curriculares tornam-se de grande importância para propor ações de prevejam um currículo mais apropriado, [...] que busque alcançar as necessidades específicas apresentadas por esses alunos, [...]” (MANZOLI; SIGOLO, 2012, p, 90).

Observou-se com a revisão na literatura (BOSA, 2002; ASSUMPÇÃO JÚNIOR; KUCZYNSKY, 2015; BRASIL, 2015) que os primeiros relatos sobre o autismo são de 1940, registrados por Leo Kanner, em 1943, e por Hans Asperger, em 1944. De acordo com os médicos “[...] forneceram relatos sistemáticos dos casos que acompanhavam e de suas respectivas suposições teóricas para esse transtorno até então desconhecido” (BOSA, 2002, p.22).

É importante que o paciente com esse transtorno seja o quanto antes diagnosticado, por ter diversos graus e tipos de comportamentos que ligam ao autismo, e que se sabendo sua gravidade possa ser tratado e acompanhado de acordo com a necessidade de cada educando.

Cada necessidade é única e, portanto, cada caso deve ser estudado com muita atenção. A experimentação deve ser realizada muitas vezes, pois permite observar como a ajuda técnica desenvolvida está contemplando as necessidades percebidas. (BRASIL, 2006, p. 8).

No Brasil, cerca de 2 milhões de pacientes já foram diagnosticados com algum grau de transtorno autista, sendo que no mundo aproximadamente 70 milhões possuem o transtorno, com funções comprometidas de grau leve, moderado a severo. Sendo cada vez mais comum ver crianças e adultos autistas em meio à sociedade, seja interagindo ou não, é importante que as pessoas aprendam a conviver com essa diferença, não apenas com olhos para mais um portador de necessidades especiais, e sim entendendo e aprendendo a conviver com a diferença da criança ou até mesmo familiar portador do TEA.

Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades atendendo às diferenças individuais. O autor diz ainda que a tendência é de parar de usar a palavra “portadora”. “A condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência. Ela tem uma deficiência. Tanto o verbo “portar” como o substantivo ou o adjetivo “portadora” não se aplicam a uma condição inata ou adquirida que faz parte da pessoa”, esclarece. Ele fala que quase a totalidade dos documentos está ao consenso a adotar a expressão “pessoas com deficiência” nas manifestações (SASSAKI, 2003, p. 12-16).

Com o avanço da medicina, em alguns casos é possível diagnosticar o transtorno já aos 6 meses de vida da criança, sendo assim a adaptação da criança na sociedade, será facilitada já que existem métodos e tratamentos para que o autista seja socializado desde cedo.

Mesmo com os avanços ainda é possível encontrar pacientes sendo resguardados dentro de suas casas, sem acesso a escola e automaticamente sendo excluídos da vida social. O comportamento dos pais e responsáveis por essas crianças é causado por medo e vergonha das discriminações que infelizmente ainda são muito comuns nos dias de hoje.

Além do medo e da vergonha, os responsáveis por essas crianças são indiretamente atingidos pela doença e muitas vezes se veem incapazes. Um problema comum de familiares e a falta de orientação em respeito ao transtorno, fazendo com que o paciente tenha o seu desenvolvimento comprometido.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), definido no art. 1º da Lei 12.764/2012,

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012).

As causas e os fatores do transtorno até hoje não foram definidas, embora se acredite que se trata de ligações genéticas, além de associação a alguns transtornos de desenvolvimento. Apesar de não se ter a resposta que se busca em relação às causas alguns cientistas afirmam que pode ser genética, pais mais velhos que a idade reprodutiva e familiares com históricos de autismo tem grandes chances de serem portadores.

O autismo pode ser diagnosticado já nos primeiros anos de vida, mas ainda assim, temos muitas crianças ingressando na vida escolar sem esse diagnóstico e com isso tendo grandes dificuldades de adaptação, interação e desenvolvimento. O aluno com TEA necessita de “[...] práticas específicas, direcionadas a aquisição de habilidades necessárias para a inclusão familiar, social e escolar do indivíduo [...] com ênfase na mudança de alguns comportamentos e aprendizado [...]” (CUNHA, 2015, p. 28).

3- CRIANÇAS COM AUTISMO NA PRÉ-ESCOLA

Os sinais de autismo podem ser notados desde muito cedo, quando a criança já frequenta a pré-escola, é possível detectar a patologia já nas primeiras atividades desenvolvidas com a criança, por serem sinais muito característicos. Pode ser notado nos primeiros sinais, é recomendável que ocorra imediatamente informação, para que junto a um médico sejam feitos os testes necessários para o diagnóstico imediato, pois um dos graus de autismo chamado de Transtorno Desintegrativo da Infância, também chamada de síndrome

de Heller, que pode ocorrer entre os 2 a 4 anos e ocorrer grave perda da comunicação entre outros sintomas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura em seu Art. 27º, do direito à educação, esclarece que,

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidade de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 12).

Dificuldade na comunicação social, comportamento repetitivo e restrito, recusa para realizar atividades, dificuldades para olhar em um ponto indicado, além da falta de resposta a estímulos, estão entre os principais sintomas que são ocasionados pelo transtorno autista, e que muitas vezes, alguns dessas atitudes comum da doença, não se trata apenas de um sintoma, mas sim de uma maneira de demonstrar desconforto, tristeza, raiva, felicidade entre outros sentimentos. Por terem dificuldade de relacionamento e de se expressar, o ideal é que as pessoas entendam que o autismo. Respeitar e reconhecer a diferença, é essencial para que saibam interpretar e por vezes respeitar o sentimento do autista.

A primeira fase escolar da criança autista, não é nada fácil, por suas dificuldades de comunicação, interação social e problemas de desenvolvimento.

A educação infantil é o começo da vida social do aluno, e para as escolas e creches também existem dificuldades a serem superadas diariamente, pois além de deveres e obrigações com a educação do aluno, cabe a escola o incentivo e descobertas de cada criança, para que possam se desenvolver e aprender juntos.

A escola inclusa, deve estar adequadamente preparada para receber todo tipo de aluno, independente da deficiência física, mental ou transtorno, e com propósitos básicos de educação, capazes de educar e incluir os alunos e suas diferenças.

Os professores das escolas inclusivas têm o desafio de incluir crianças com todos os tipos de deficiência ou transtorno na vida escolar e social, aparentemente parece um desafio inalcançável, mas se adequando as necessidades muito peculiares que ao longo do ano letivo é descoberta, professores e alunos sejam eles com ou sem necessidades especiais, tem obtido grandes resultados em relação a educação inclusiva, fazendo com que a inclusão mude a vida de muitas crianças. De acordo com Franco “[...] o professor ao

construir sua prática pedagógica, está em contínuo processo de diálogo com o que faz, por que faz e como deve fazer” (FRANCO, 2012, p. 170).

No CMEI tem profissionais preocupados com o desenvolvimento das crianças e isso faz com que percebam qualquer dificuldade ou alteração no comportamento. Assim é possível captar pequenos sinais que a criança com algum tipo de transtorno apresenta já nos primeiros dias de aula, isso facilita muito, para que esses alunos sejam acompanhados por uma equipe de médicos e pedagogos e com o auxílio da família, possa desenvolver maneiras de entender e ajudar no desenvolvimento na escola e na vida social.

Para Lima (2006, p. 63),

A inclusão, portanto, não é algo que se fala, mas algo que se vive, intensa e conscientemente, contínua e tenazmente, concreta e francamente. A inclusão é a participação de todos pelo todo, com todos. A inclusão não é uma mera teoria da moda, mas uma atitude de vida; uma expressão de sociedade e cidadania; uma compreensão de que todos os seres humanos são humanos sem distinção.

É importante saber, que além dos níveis do transtorno, leve, médio e severo, como qualquer ser humano os autistas também são diferentes, e nem todo portador de TEA tem as mesmas necessidades. Cada autista tem uma maneira de se expressar, demonstrar, sentir, com isso suas necessidades mudam de acordo com sua personalidade.

Entender os sinais que o aluno dá, e tentando desenvolver uma forma de responder positivamente esses sinais, dando solução e ajudando a criança a descobrir maneiras de demonstrar seus sentimentos é um bom começo para uma relação entre professor e aluno, isso tem grande importância e facilita o aprendizado.

É necessário que os pais interajam na vida escolar do aluno, isso faz com que o aluno se sinta seguro. Conhecer costumes e rotinas que a criança tem no ambiente familiar, é uma maneira interessante dos professores descobrirem formas de como trabalhar com o aluno, isso faz com que a criança não se sinta em um ambiente estranho, e facilita a interação dele com os demais colegas.

Silva (2012) declara que o portador de TEA por apresentar comportamento diferenciado deve dispor também de atendimento que promova sua permanência nesse ambiente, ratificando que:

No ambiente escolar (e no lar) pode ser montado um painel de rotina, no qual estarão as atividades que a criança realizará ao longo do seu dia, como comer, brincar e ir ao banheiro. Esse material pode ser confeccionado através de imagens, palavras ou materiais concretos, a fim de organizar o espaço físico a ser trabalhado. Com isso, a criança conseguirá visualizar sua rotina, estruturar melhor o seu dia, o que facilita o aprendizado e proporciona mais autonomia (SILVA, A., 2012, p. 84).

Muitas vezes, os professores oferecem um tratamento básico, sem interesse em descobrir maneiras que faça o aluno se sentir incluído. O tratamento especial que o autista necessita, não é apenas reconhecer sua deficiência, e tratá-la como tal. Os professores precisam tratar a classe de maneira igual, e fazer com que o autista se sinta realmente incluído na sala de aula, buscando atender as necessidades individuais que o aluno com transtorno precisa.

A dificuldade de interagir é uma das características do autista, porém pode ser reabilitada de forma com que o aluno, consiga expressar sua capacidade social e intelectual.

Os professores das escolas que recebem alunos com tais dificuldades precisam ter suas práticas profissionais adequadas e preparadas para atuar de forma significativa, algumas escolas até preferem professores que já tenham experiência no assunto. A atualização e as competências profissionais são fatores de muita importância nesse contexto, além das competências sócio-afetivas-psicológicas, afinal nas palavras de Mantoan "Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar (BASILIO; MOREIRA, 2014).

É comum observar alunos com autismo isolados nas salas de aula, ou andando pelo pátio da escola, algumas vezes até sem entrar na sala de aula. Aceitar as limitações que o aluno impõe, não ajuda em nada o seu desenvolvimento, e por vez pode causar pioras significativas, porém não se deve contrariar nem forçar o autista a participar de atividades que se recusa a fazer, pois também pode piorar seu comportamento. O ideal é que os educadores se dediquem em descobrir maneiras que acalme, assegure e despertem interesse do autista, isso ajudará muito no convívio, evolução e desempenho do aluno autista.

De acordo com o art. 7º da Lei nº 12. 764/12, para o aluno com TEA é garantida a escolarização, prevendo a recusa da matrícula ao portador de espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será penalizado com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos”.

O aluno com TEA tem o direito a acesso, permanência e sucesso na escolarização e está previsto na Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino [...].

O professor tem a função de promover a socialização entre os educandos para que o portador de TEA possa sentir-se acolhido na sala de aula. Sempre dando ênfase que a necessidade da criança não deve ser um empecilho para seu desenvolvimento educacional.

4-DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Centro Municipal de Educação Infantil “Anita Canale Raby, fica localizado na Rua das Hortências, s/n Bairro: Vila dos Comerciários – Conj. Nilson Neves. Possui 4 salas, 22 funcionários. O Centro possui instalações adaptadas apenas em uma sala, para portadores de NE.

Atende 95 crianças nos períodos matutino e vespertino. Observou-se que quanto a caracterização das docentes que trabalham na educação infantil a maior parte já está lá a mais de 5 anos, trabalham por escolha. Já receberam crianças com necessidades especiais, sendo que a maioria já procurou por formação para melhorar seu desempenho em sala no atendimento a criança com NE. Tendo necessidades de diversificar as atividades de acordo com as dificuldades de cada criança. Assim como também foi possível observar que algumas nunca procuraram por nenhuma formação, acreditando que seu conhecimento já poderia resolver todas as necessidades, na promoção ao atendimento de qualidade o correto seria que todas procurassem por formação e reciclagem.

Como resultado da questão 5 obtivemos as respostas abaixo:

5- Em sua opinião quais os maiores desafios de trabalhar com crianças com NE na educação infantil?

A criança com NE.	3	0	3	1	3
-------------------	---	---	---	---	---

A família que não aceita ter um portador de NE e faz de conta que a criança não enfrenta dificuldades.	4	0	2	0	4
Atividades adaptadas para essa criança.	1	4	2	0	0
Falta de apoio pedagógico por parte da equipe de ensino da escola.	2	3	2	3	0
Falta de material e equipamentos para auxiliar no desenvolvimento motor, intelectual e social da criança.	1	2	3	4	3

Tendo como ponto de apoio que a opção 5 seria a mais difícil, a 4 difícil, 3 nível intermediário, 2 nível médio e a opção 1 a mais fácil. Foi possível observar que a criança portadora de NE, sua família e a falta de material ou equipamentos são as questões que caracterizam maior dificuldade no desenvolvimento do trabalho do professor.

Em conversas com os mesmos foi possível compreender que a maior parte das famílias não aceita que seu filho tenha algum tipo de transtorno, a falta de material também é um agravante quando se deseja desenvolver atividades diferenciadas. Como nosso trabalho delimita-se ao atendimento da criança portadora de autismo, observou-se também discriminação até por parte de familiares bem próximos, por falta de paciência, ou por falta de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo é apenas um dos inúmeros transtornos psicológicos que existem e que convivemos no nosso dia a dia, com o avanço da medicina hoje já é possível que o autista tenha uma vida tranquila, de acordo com o tratamento e reabilitação do paciente, em alguns casos o autista leva uma vida normal, de acordo com suas necessidades, tendo sempre um acompanhamento psicológico para melhores resultados.

Com a ajuda de redes de assistências, médicos, professores e familiares, pode-se descobrir cada vez mais maneiras de fazer que o autista sinta-se menos diferente, respeitando seu espaço, limitações e necessidades.

A dificuldade de socialização é grande e se existir preconceito, será maior.

Se o diagnóstico pode ser efetuado antes do início da frequência escolar é melhor que ocorra, assim quando ingressar na pré-escola o TEA já poderá receber atenção de acordo com as necessidades, sem passar por suposições e achismo de educadores despreparados para o atendimento.

Deve ser observada também a parte legal da inclusão, lembrando que mesmo sendo difícil e conturbada a inclusão é direito da criança e compete a família decidir se será em escola especial ou no ensino regular.

É pertinente salientar que as instituições devem ofertar a vaga sempre que solicitada, sobre pena de multa se não o fizerem.

Alguns professores que não fizeram parte dos entrevistados também apresentam certo distanciamento, por falta de conhecimento para desenvolver atividades adequadas. Como as crianças apresentam dificuldades com a comunicação oral, o trabalho deve ser realizado de forma atenta observando mais as atitudes e movimentos para que se realize uma comunicação entre professor e aluno. As atividades também devem ter rotina, isso é muito importante para o autista.

REFERÊNCIAS

BASILIO, A.; MOREIRA, J. Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão. 2014. Disponível em: <<http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao/>> Acesso em: março de 2018.

BOSA, Cleonice. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BOSA, Cleonice. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ensaios pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 146 p. **III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação Inclusiva: direito à diversidade**. 1. Educação inclusiva. 2. Inclusão educacional. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. II. Título. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos2006.pdf>>. Acesso em: Abril de 2018.

_____ **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em: Abril de 2018.

_____ Ministério da Educação. **Lei nº 13. 146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: março de 2018.

Bruno, Marilda Moraes Garcia. Educação infantil. 2. Educação das pessoas com deficiências. 3. Atendimento especializado. 4. Educação inclusiva. I. Brasil. Secretaria de Educação Especial. II. 4ª edição. 2006.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de. **Autismo, linguagem e cognição**. MÓDULO, Marcelo (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

BRUNO, Marilda Garcia. Educação infantil: **Saberes e práticas da inclusão**: introdução. [4. ed.] – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.45 p.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Docência em Formação: saberes Pedagógico/Coordenação Sema Garrido Pimenta).

LIMA, Francisco José de. Ética e inclusão: o *status* da diferença. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Inclusão**: compartilhando saberes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. p. 54-66.

MANZOLI, Luci Pastor; SIGOLO, Silvia Regina R. L. **Práticas pedagógicas diferenciadas no atendimento educacional especializados com deficiência intelectual**. In: ZANIOLO, Leandro Osno; DALL'ACQUA, Maria Júlia C. (orgs.).

SASSAKI, R.K. **Vida Independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

SILVA, A. Ana Beatriz Barbosa. **Mundo singular**: entenda o autismo. Fontanar, 2012.

TRISTÃO, Rosana Maria. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão : dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento. [4. ed.] /

elaboração Prof^a Dr^a Rosana Maria Tristão (do nascimento aos três anos de idade – Universidade de Brasília/UnB, Prof^a Ide Borges dos Santos (quatro a seis anos de idade) – MEC/SEESP (especialista em deficiência mental). – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 66p.

APENDICE

4- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

O seguinte questionário foi respondido por 10 professores da Instituição pesquisada.

1- A quanto tempo você trabalha como professora de Educação Infantil

() menos de 5 anos () mais de 5 anos () mais de 10 anos

2- Quando iniciou seu trabalho, escolheu a Educação Infantil ou foi o que lhe ofereceram?

() Escolhi () Recebi a oferta

3- Durante o seu trabalho como professora da Ed. Infantil já recebeu aluno portador de Necessidades Especiais?

() Sim () Não

4- Já sentiu necessidade de buscar formação para trabalhar adequadamente com NE?

() Sim () Não

5- Em sua opinião quais os maiores desafios de trabalhar com crianças com NE na educação infantil?

Marque de 1 a 5 de acordo com as dificuldades enfrentadas em seu ponto de vista.

() A criança portadora de NE.

() A família que não aceita ter um portador de NE e faz de conta que a criança não enfrenta dificuldades.

() Atividades adaptadas para essa criança.

() Falta de apoio pedagógico por parte da equipe de ensino da escola.

() Falta de material e equipamentos para auxiliar no desenvolvimento motor, intelectual e social da criança.